

# Pós-Colonialismo e literatura: notas sobre a identidade na narrativa de Luís Cardoso\*

José Luís Fornos\*\*

## Resumo

O presente ensaio examina o romance *A última morte do coronel Santiago* (2003), do escritor timorense Luís Cardoso, tomando como referência categorias como identidade, hibridação, deslocamento cultural e transnacionalidade a partir das noções da crítica pós-colonial. Para tanto, retoma-se o percurso teórico empreendido pelo pós-colonialismo, enfatizando seus principais divulgadores, problematizando conceitos e relacionando-os criticamente com o marxismo de Fredric Jameson.

## Palavras-chave

Crítica pós-colonial; sujeito histórico; identidade cultural; hibridação; romance do Timor-Leste

## Abstract

This paper analyzes the novel *A última morte do coronel Santiago* (*The last death of colonel Santiago*) (2003), it writes by a Timorese writer, Luís Cardoso. This work is based on categories such as identity, hybridization cultural displacement and transnationality according to the assumptions of postcolonial criticism. Therefore, the theoretical trajectory undertaken by postcolonialism is recovered by emphasizing its main representatives, discussing concepts and relating them critically with Fredric Jameson's Marxism.

## Keywords

Postcolonial critical; historical subject; cultural identity; hybridization; novel of East Timor

O PRESENTE ENSAIO APRESENTA CONCEITOS E CATEGORIAS da crítica pós-colonial,<sup>1</sup> informando sua contribuição aos estudos de literatura. Para tanto, recorre, em especial, a textos de Edward Said, Homi Bhabha e Stuart Hall. Ao final, analisa o romance *A última morte do coronel Santiago* (2003), do autor timorense Luís Cardoso, identificando características temáticas do pós-colonialismo.

Inicialmente, é preciso destacar que o texto ficcional acima mencionado potencializa, antes de tudo, categorias como viagem,<sup>2</sup> encontro<sup>3</sup> e contato, as quais assumem um papel histórico exemplar na caracterização do romance de Luís Cardoso. Pode-se dizer que são elementos estruturantes dessa narrativa, bem como de muitas outras, que a episteme pós-colonial absorveu de maneira crítica, testemunhando “as forças desiguais e irregulares de representação cultural”, intervindo “nos discursos

---

<sup>1</sup> Essa corrente epistemológica tem como marco e obra mestra o livro *Orientalismo*, de Edward Said (1990), o qual visava “ilustrar a formidável estrutura da dominação cultural e, especificamente para os povos outrora dominados, os perigos e tentações de se empregar essa estrutura sobre si mesmo e sobre os outros” (p. 36). Nela, Said interroga o modo como a narrativa ocidental, mais especificamente a europeia, representou e continua representando o Oriente. Por meio de exemplos, o estudioso palestino destaca a representação binária que dividiu o mundo em *Nós*, o europeu, o ocidental, o civilizado, o colonizador, e o *Outro*, o não-europeu, o oriental, o bárbaro, o colonizado (SAID, Edward. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.) Segundo a avaliação de Sérgio Costa, os estudos pós-coloniais “não constituem propriamente uma matriz teórica única.” Trata-se, segundo o autor, “de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes da modernidade.” A crítica pós-colonial, “iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte – teve, na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos EUA, a partir dos anos 1980, suas áreas pioneiras de difusão” (COSTA, 2006, p. 84).

<sup>2</sup> As viagens voluntárias e involuntárias proporcionaram “uma literatura abundante; coisas vistas e ouvidas, contadas oralmente ao retorno, que puderam fecundar imaginações; ou consignadas no papel, em formas diversas, desde as simples notas rabiscadas num pequeno caderno até o relato de viagem, passando pelo diário de viagem e pela carta, sem esquecer o panfleto enraivecido. Obras fundamentais focalizam os intercâmbios internacionais, a psicologia dos povos, a constituição de mitos de um novo gênero, a renovação do pensamento de um escritor ou as ideias-mestras de uma literatura” (BRUNEL, P. PICHOS, CL. e ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada?* São Paulo: Perspectiva, 1995).

<sup>3</sup> O motivo do encontro é um dos aspectos que caracteriza a cronotopia bakhtiniana. Para o autor russo, “o motivo do encontro recebe matizes diferentes e concretos, inclusive emocionais e de valor”, podendo assumir um significado semi ou totalmente metafórico, tornando-se, por fim, um símbolo. O cronotopo do encontro exerce, em literatura, funções composicionais, servindo de nó ou mesmo desfecho do enredo. Para Bakhtin, o “encontro é um dos mais antigos acontecimentos formadores do enredo”, em particular do romance, devendo-se observar a “estreita ligação do motivo do encontro com motivos da separação, a fuga, o reencontro, a perda, o casamento”. É preciso ressaltar igualmente a ligação de tal cronotopo com o da estrada, o que nos leva a refletir sobre a situação do deslocamento e da viagem. Cabe, aqui, a questão não abordada por Bakhtin, embora sugerida, sobre a caracterização da cronotopia do encontro e da estrada no chamado romance pós-colonial. Atento à caracterização histórico-formal do romance, Bakhtin, todavia, enfatizando o romance antigo, minimiza o sentido político e geográfico da cronotopia. Nesse sentido, acrescenta que “é importante passar a um outro país, mas qual será esse outro país também é absolutamente indiferente. As peripécias aventurosas do romance grego não têm quaisquer ligações substanciais com as particularidades de cada país que figura no romance, com sua estrutura sócio-política, sua cultura, sua história” (BAKHTIN, 1998, p. 224).

ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento das histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 1998, p. 239). São processos de interação cultural que podem ser compreendidos como *zonas de contato*, tal como foi exposto por Mary Louise Pratt (1999)<sup>4</sup>. O deslocamento de pessoas, ideias e textos cumpriria uma função primordial, gerando processos de transculturação em distintos espaços nacionais<sup>5</sup>.

Por meio dos deslocamentos é que podem prosperar os contatos cujos resultados, para uma crítica pós-colonial, devem ser dimensionados à luz do que Aníbal Quijano chama de *colonialidade do poder*. Para o autor, um dos elementos constitutivos dessa colonialidade é “o padrão mundial do poder capitalista.” (QUIJANO, 2009, p. 73.) Dessa forma, está associada à evolução de tal poder a ideia de modernidade, projetada a partir do território europeu. Na visão do estudioso peruano,

A colonialidade do poder e a dependência histórico-estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica. No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer, na medida em que alguns de seus setores puderam aprender a língua dos dominadores. Portanto, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia (QUIJANO, 2009, p. 74-75).

Na explanação de Quijano, há um elemento importante que deve ser considerado: todos passam a estar envolvidos de alguma maneira frente à expansão global do capitalismo ou, como assinala, “educados sob sua hegemonia”. Sob os efeitos dessa, a divisão entre metropolitanos e periféricos deve ser examinada a partir das complexidades e contingências das relações de poder em que se encontram cada grupo e indivíduo, criando uma variação de posições no seio de cada nação e sociedade.

---

<sup>4</sup> De acordo com Mary Louise Pratt, seu livro “foi concebido dentro de um amplo desafio intelectual que se poderia chamar de *descolonização do conhecimento*, iniciado nos anos 60 pela desintegração da última onda de impérios coloniais europeus.” Para a autora, a “*descolonização do conhecimento* inclui a tarefa de chegar a compreender os caminhos pelos quais o Ocidente (a) constrói seu conhecimento do mundo, alinhado às suas ambições econômicas e políticas, e (b) subjuga e absorve os conhecimentos e as capacidades de produção de conhecimentos outros” (1999, p. 15).

<sup>5</sup> Para Fernando Ortiz, a transculturação é um processo cultural-social em que as diversas culturas se fundem na vida cotidiana e na cultura. O conceito foi adaptado à literatura por Angel Rama (*Transculturação narrativa em América Latina*, México, Siglo XXI, 1982). Para Rama, a transculturação aparece como uma mestiçagem cultural; ocorre entre a alta cultura e a subalterna, está a cargo de uma vanguarda de escritores e críticos e se relaciona à identidade nacional e ao estabelecimento e consolidação do Estado. In: LUDMER, Josefina. *O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria*. Chapecó; SC: Argos, 2002.

Ao incorporarmos as figuras do encontro e do contato às características da evolução do modo de produção capitalista, elas perdem seu grau de neutralidade, assumindo conotações ideológicas. É a partir de tal entendimento que o pós-colonialismo enquanto teoria crítica pretende reavaliar os valores disseminados pelas estruturas de poder material e cultural dos centros metropolitanos capitalistas europeus, problematizando um dos fundamentos eurocêntricos: a ideia de uma literatura universal que, graças aos seus apurados empreendimentos técnico-linguísticos, contribuía para o humanismo.

Segundo Said, uma das inspirações de seu livro *Orientalismo* é a crítica ao extremo eurocentrismo do alegado universalismo de campos como os clássicos, como se outras literaturas e sociedades tivessem um valor menor ou ultrapassado. Por trás desse enfoque, escondiam-se opções e valores específicos, dentre os quais a de cultura nacional: “é evidente que inúmeros pensadores europeus ao celebrar a humanidade e a cultura, estavam celebrando, sobretudo, ideias e valores que atribuíam a suas próprias culturas nacionais” (SAID, 1999, p. 79).

Tal disposição ecoa nas proposições de Homi Bhabha (1998) ao defender os estudos da cultura como transnacionais e tradutórios.<sup>6</sup> A defesa do transnacional como categoria investigativa ocorre porque os discursos contemporâneos “estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural” (p. 241). A mobilidade de indivíduos e comunidades configura novas territorialidades, perturbando a mecânica dos pertencimentos.

Nesse caso, são importantes as reflexões e reivindicações teóricas de Paul Gilroy ao defender a tese de um *Atlântico negro* como unidade de análise única e complexa do mundo moderno para produzir uma perspectiva transnacional e intercultural, em oposição às abordagens nacionalistas ou etnicamente absolutas. A história do Atlântico negro “propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica” (GILROY, 2008, p. 59).

É dessa maneira que “o estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através das projeções de alteridade”

---

<sup>6</sup> Para Bhabha, a ideia de tradução não é a de “transportar fatias suculentas de sentido de um lado da barreira de uma língua para a outra”. A cultura como estratégia de sobrevivência, escreve Bhabha, é tanto transnacional como tradutória: “A cultura é tradutória porque as histórias espaciais de deslocamento tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por cultura” (BHABHA, 1998, p. 248).

(BHABHA, 1998, p. 33). Em consequência disso, o terreno da literatura mundial poderia ser “as histórias transnacionais de migrantes, colonizados ou refugiados políticos. O centro de tal estudo não seria nem a soberania de culturas nacionais nem o universalismo da cultura humana” (BHABHA, 1998, p. 33).

Ao reavaliar os conceitos de culturas nacionais homogêneas e ao problematizar a transmissão de tradições históricas ou comunidades étnicas orgânicas, a crítica pós-colonial põe em questão os estudos literários em geral, promovendo um profundo processo de redefinição dos mesmos. Nessa redefinição, outras vozes – as chamadas minorias – constituem-se como tema internacional, desde que as mesmas sejam compreendidas à luz do hibridismo cultural cujo “conceito original” Bhabha extrai de Bakhtin e dos pós-estruturalistas. Tais sujeitos situar-se-iam nas “margens deslizantes do deslocamento cultural”, recusando os traços étnicos e raciais “inscritos na lápide fixa da tradição” (BHABHA, 1998, p. 20). Essas diferenças ocorrem no processo mesmo de sua manifestação; elas não são uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, não havendo um vínculo pré-determinado a um lugar na estrutura social: “o sujeito é sempre provisório, circunstancial e cingido entre um sujeito falante e um sujeito falado, reflexivo” (COSTA, 2006, p. 93).

Com a presença dos sujeitos pós-coloniais, efeito da expansão global do capital, fruto do processo de colonização e das lutas de independência nacionais, bem como das guerras étnico-civis em países do chamado Terceiro Mundo, os estudos de literatura recebem um novo impulso. A crítica pós-colonial dá testemunho disso ao indagar acerca das diferenças culturais e dos processos de hibridação como fator epistêmico na compreensão das nações e comunidades. Uma nova dinâmica disciplinar ocorre ao se inserir em sua matéria metodológica tais categorias, acrescidas, ainda, das noções de viagem, diáspora, exílio e migração.

Eduardo Coutinho (2003) aponta para a importância da crítica pós-colonial na evolução dos estudos literários. Chama a atenção para críticos como Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak<sup>7</sup>, que desafiam o processo sistemático instituído pelas

---

<sup>7</sup> Spivak discute a capacidade do subalterno de se representar. Em outras palavras, teoriza sobre “quais são as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente”. O texto *Pode o subalterno falar?* é uma “tentativa de refazer esse debate que exige uma articulação da teoria marxista com a psicanálise e a desconstrução de Derrida”: “isso implica em conquistar um espaço de enunciação, assegurar um lugar de discurso, entendido como sendo o lugar privilegiado nessa batalha por uma subjetivação equânime”. De acordo com Carvalho, o projeto de Spivak “tem sido muitas vezes descrito como um mero exercício acadêmico fascinante disfarçado de batalha política” (CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e

nações colonizadoras, observando outro inventário cultural – a Índia, a África e a América Latina – cuja repercussão ganha novo alcance reivindicativo na constituição das Histórias Literárias. O aspecto político dessas historiografias é agora “não só assumido conscientemente, como inclusive enfatizado” (COUTINHO, 2003, p.35), fazendo surgir uma necessidade imperativa de revisão e redefinição dos cânones literários.

Ao mesmo tempo, o estudioso brasileiro questiona sobre a possibilidade de, hoje, construírem-se cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças de cada grupo ou nação. E seria possível instituírem-se cânones com margens de flexibilidade, que não viessem a cristalizar-se, tornando-se novas imposições? Seriam ainda cânones?

Dessa forma, algumas questões são necessárias para se verificar a eficiência política, cultural e epistêmica do pós-colonialismo. Estariam os objetos do pós-colonial associados a determinados contextos históricos e geográficos? É correto circunscrever a crítica pós-colonial a ambientes culturais específicos? É possível afirmar que, no Brasil, há textos cujas características sejam definidas a partir das categorias do pós-colonial? Que postura o intelectual pós-colonial deve tomar frente ao terreno das diferenças culturais e ideológicas? A hibridação enquanto fenômeno empírico funciona como categoria epistêmica e política, visando à emancipação dos sujeitos históricos subalternizados?

Para se pensar sobre tais questionamentos, recorre-se, inicialmente, ao ensaio “*Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite*”, do jamaicano Stuart Hall, presente no livro *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003). Ao focar o lugar do pós-colonialismo no universo histórico, epistêmico e político hoje, Hall rebate argumentos de teóricos como Ella Shohat, Anne McClintock e Arif Dirlik, demarcando as insuficiências críticas feitas ao pós-colonial.

É a partir da temporalidade histórica e da geografia que Stuart Hall principia o debate acerca dos fundamentos que ordenam o pós-colonialismo. Na introdução de seu ensaio, aponta três questões chave: “quando foi o pós-colonial?”; “o que deveria ser incluído e excluído de seus limites?”; e onde se encontra a fronteira que divide o pós-

---

a voz subalterna. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 07 n 15 p. 107-147. Julho de 2001).

colonial de seus outros termos afins – colonialismo, Terceiro Mundo, imperialismo, pós-modernismo?

O primeiro passo é pensá-lo à luz do colonialismo, cuja característica histórica se define pela posição social dos envolvidos: colonizadores e colonizados. A pergunta é: como tal crítica reage hoje ao binarismo do momento histórico anterior? Nas palavras de Hall: “Que tipo de diferença é essa e quais as suas implicações para a política e para a formação dos sujeitos na modernidade tardia?” (p. 101).

Para responder a essas questões, Hall menciona, em primeiro lugar, a avaliação de Ella Shohat, que aponta “para a ambiguidade teórica e política da teoria; sua multiplicidade vertiginosa de posições, seus deslocamentos universalizantes e anistóricos e suas implicações despolutizantes” (p. 102)<sup>8</sup>. Tal posição coaduna-se com a de Anne McClintock. Para ambas, o conceito de pós-colonialismo é “utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente fechados” (p. 102).

Outro crítico de que fala Hall é Arif Dirlik, que afirma que o pós-colonialismo é um discurso “pós-estruturalista e anti-fundacionista” usado por intelectuais deslocados do Terceiro Mundo, que “estão se dando bem em universidades prestigiosas americanas” (p. 102). Dirlik enfatiza, também, que o pós-colonial “menospreza a estrutura capitalista do mundo moderno” (p. 103), incorrendo num culturalismo. Dirlik conclui que o pós-colonialismo serviria aos requisitos culturais do capitalismo global. Assim, “os críticos pós-coloniais seriam porta-vozes inconscientes da nova ordem capitalismo global” (HALL, 2003, p. 125).

Para Hall, não se pode simplesmente afirmar que as relações entre esses paradigmas foram abandonadas, criando-se um abismo filosófico intransponível.

---

<sup>8</sup> Ella Shohat afirma e questiona que: The term ‘post-colonial’ carries with in the implication that colonialism is now a matter of the past, undermining colonia-lism’s economic, political, and cultural deformative-traces in the present. As a signifier of a new historical epoch, the term ‘pos-colonial’, when compared with neo-colonialism, comes equipped with little evocation of contemporary power relations. What, then, is the meaning of post-coloniality when certain structural conflicts persist? How then does one negotiate sameness and difference within the framework of a ‘pos-colonial’ whose ‘post’ emphasizes rupture and deemphasizes sameness? (MATA, 2007, p. 31) (O termo ‘pós-colonial’ carrega consigo a implicação de que o colonialismo tornou-se um problema do passado, desconsiderando os traços econômicos, políticos e culturais deformantes persistentes no presente. Como significante de uma nova época histórica, o termo pós-colonial quando comparado com neo-colonialismo faz pouca referência às relações contemporâneas de poder. Qual, então, é o sentido da pós-colonialidade quando certos conflitos estruturais persistem? Como então se negociam semelhanças e diferenças no interior da estrutura de um ‘pós-colonial’ cujo ‘pós’ enfatiza ruptura e desenfazta semelhança?) (tradução do autor).

Embora o pós-colonial não aborde a questão do papel conceitual que a categoria capitalismo possa ter na lógica pós-fundacional, o seu trabalho crítico está presumidamente implícito e subjacente nas articulações teóricas desenvolvidas. Quanto ao pós-colonial estar a serviço do sistema capitalista, há um assombroso reducionismo, adverte o estudioso.

Em relação aos apontamentos que acusam certa despolitização e descontextualização histórica da teoria pós-colonial, Hall argumenta que há, por parte dos autores, certa nostalgia e ansiedade em retornar a uma política bem definida de “oposições binárias”, em que se possa traçar linhas claras que separem os “bons dos malvados”. Tais linhas “podem ter sido simples de traçar no passado, mas não são assim hoje em dia”. De outro modo, isso não significa que não existam o “certo” e o “errado”. Para Hall,

As posições políticas não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra, nem de um teatro de antagonismos a outro. Afinal, não estamos todos, de formas distintas e através de espaços conceituais diferentes, buscando desesperadamente compreender o que significa fazer uma escolha política ética e se posicionar em um campo político necessariamente aberto e contingente? (p. 104-105).

Numa atitude similar, Homi Bhabha (1998) busca no termo negociação a chave para interpretar as questões do nosso tempo, balizado, entre outros aspectos, pela crise dos referenciais socialistas. Evita, naturalmente, a ideia conservadora de reformismo liberal. Porém, interpreta a noção de negociação como “um evento de instâncias contraditórias e antagônicas que abrem lugares e objetivos híbridos de luta e destroem as polaridades negativas entre o saber e seus objetos entre a teoria e a razão político-política” (p. 51).

O propósito de Bhabha é contestar o termo negação – componente crítico da modernidade –, pois é um elemento incapaz de criar, hoje, condições de reconhecimento das identidades culturais e das concepções acerca de uma teoria da história:

Quando falo de negociação em lugar de negação, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios: uma dialética sem a emergência de uma História teleológica ou transcendente (BHABHA, 1998, p. 51).

Em condições históricas totalmente adversas, parece evidente que o momento de negação promovido pelos movimentos marginais de resistência contra os valores dominantes seja a norma. Essa é a preocupação de Shohat quando acusa a dispersão e a



ambivalência do discurso pós-colonial, confundindo os agentes históricos da mudança social, dissolvendo-os em sujeitos atomizados da sociedade de classe.

Tomando como referência tal risco, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos atenta para certa euforia do discurso pós-colonial que, ao celebrar a condição híbrida diaspórica, esquece que a mesma tem sido utilizada “para ocultar as realidades imediatas, econômicas, sociais, políticas e culturais dos imigrantes ou das comunidades diaspóricas” (SANTOS, 2006, p. 240). Para o autor, “a celebração da diáspora e o enaltecimento da estética da hibridez tendem a ocultar os conflitos sociais reais em que os grupos imigrantes envolvidos, e sempre em posições de poder que lhe são desfavoráveis, como é o caso tangente da diáspora muçulmana no Ocidente” (SANTOS, 2006, p. 240).

Portanto, é preciso contextualizar as ações, impedindo que haja um fechamento prévio das estratégias identitárias e ideológicas. No atual estágio da produção política e cultural, o que fortalece mais os caminhos para a emancipação social? Para alguns, os hibridismos étnico-culturais não revelam adequadamente as posições dos sujeitos na sociedade, mascarando situações de desigualdade e opressão. Contestando os processos de hibridação, Fredric Jameson vê a importância das classes sociais como estratégia para renovação, em vista de sua materialidade estrutural. Partindo das representações althusserianas e psicanalíticas, Jameson enfatiza que

As categorias de classe são mais materiais, mais impuras e escandalosamente misturadas no modo pelo qual seus fatores determinantes ou definidores envolvem a produção de objetos e as relações por ela determinadas, assim como a força dos respectivos aparatos: podemos, desse modo, ver, através das categorias de classe, a base de pedra que sustenta o processo (JAMESON, 1996, p. 347)<sup>9</sup>.

Em resposta a Jameson, Bhabha elege a comunidade como categoria crítica à hegemonia do capital monopolista globalizado. Tal figura perturbaria a grande narrativa globalizadora do capital, deslocando a ênfase dada à produção na coletividade de classe e rompendo com a homogeneidade da *comunidade imaginada da nação*. Para o autor,

A comunidade é o suplemento antagônico da modernidade: no espaço metropolitano ela é o território da minoria, colocando em perigo as exigências da civilidade; no mundo transnacional ela se torna o problema de fronteira dos diaspóricos, dos migrantes, dos refugiados (BHABHA, 1998, p. 317).

---

<sup>9</sup> Consciente do paradoxo, Jameson, de outro modo, escreve que “as classes são demasiado abrangentes para figurar como utopias, como opções que escolhemos e com que nos identificamos de forma fantasmática. A única gratificação oferecida pela categoria de classe é sua futura abolição” (JAMESON, 1996, p. 347).

Retomando as respostas de Hall acerca do lugar e dos limites da crítica pós-colonial, vemos que o autor concorda com Shohat sobre os riscos de uma “universalização espúria” do pós-colonialismo. Para tanto, é necessário estar atento para as suas discriminações e especificidades, observando uma distinção criteriosa das formações sociais e raciais. Isso significa que “nem todas as sociedades são pós-coloniais num mesmo sentido” (p. 107).

De outro modo, é preciso salientar que uma das principais contribuições do termo “pós-colonial” é ter dirigido a atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades imperiais. Esteve sempre inscrita nelas, da mesma maneira como se tornou “indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados” (p. 108) Assim, “as diferenças entre as culturas colonizadora e colonizada permanecem profundas. Mas nunca operaram de forma binária, nem certamente o fazem mais” (HALL, 2003, p. 108).

Reafirma-se, ainda, essa dupla inscrição do discurso pós-colonial. Com efeito, ele não se restringe à descrição de uma determinada época ou sociedade, relendo a colonização como “parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural”, produzindo uma “reescrita descentrada, diaspórica e global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação” (HALL, 2003, p. 109). Recusa-se, igualmente, a cronologização do pós-colonial. É preciso olhá-lo para além das periodizações históricas, ainda que o rompimento com o colonialismo tenha sido um fato decisivo na formação dos novos Estados-Nação. Por outro lado, o cenário atual não liquidou inteiramente a inscrição colonial, mantendo vivos seus efeitos secundários nas periferias das metrópoles.

Ainda que haja a sobrevivência secundária de resquícios do colonialismo, não se pode mais mapear sua política, nem considerá-la idêntica àquela que vigorou no passado. Frente a esse universo, simultaneamente de ruptura e continuidade, é que o pós-colonialismo faz proliferar histórias e temporalidades, introduzindo figuras da diferença cultural nas narrativas do pós-iluminismo eurocêntrico.

O pós-colonial faz multiplicar as conexões, em especial as descentradas e laterais, registrando os movimentos migratórios que compõem, hoje, o mundo. Além disso, exalta as questões do hibridismo, da “indecidibilidade cultural” e as

complexidades da identificação diaspórica que interrompem a volta a “histórias originais fechadas e centradas em termos étnicos” (HALL, 2003, p. 114)<sup>10</sup>.

Seguindo os argumentos de Hall, o pós-colonial significa o processo inteiro de expansão, exploração, colonização e hegemonia imperial que produziu a fisionomia da modernidade capitalista europeia. As narrações pós-coloniais deslocam as histórias da modernidade capitalista de seu centro europeu para as periferias dispersas em todo o globo, provocando uma “interrupção crítica na grande narrativa historiográfica” (HALL, 2003, p. 113). Esse longo processo transformou as próprias colônias, ou mesmo enormes extensões do mundo, em regiões diaspóricas, pondo em questão o que se poderia imaginar como culturas de origem.

Os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, marcados desde sempre na história da colonização, têm ocorrido de distintas formas para alterar as relações de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. Para Hall,

O outro deixou de ser um termo fixo no espaço e no tempo externo ao sistema de identificação e se tornou uma exterioridade constitutiva simbolicamente marcada, uma posição marcada de forma diferencial dentro da cadeia discursiva (HALL, 2003, p. 116).

Said, por sua vez, chama de *viagem para dentro* aquele esforço desenvolvido por muitos intelectuais, escritores e críticos do mundo periférico em mostrar à Europa e o Ocidente, por meio de suas obras, as figuras marginalizadas e suprimidas da História. Trata-se de um empenho consciente para “ingressar no discurso da Europa e do Ocidente, para se misturar a ele, transformá-lo, fazendo com que sejam reconhecidas as histórias marginalizadas, suprimidas ou esquecidas” (SAID, 1999, p. 274). O autor destaca, por exemplo, o trabalho literário de Salman Rushdie, enquanto “escrita da resistência, uma obra brilhante, baseada na “imaginação libertadora da própria independência, com todas as anomalias e contradições” (SAID, 1999, p. 274).

Verifica-se a metáfora da *viagem para dentro* na narrativa *A última morte do coronel Santiago*, de Luís Cardoso, em que o próprio autor vivencia a experiência do deslocamento, assim como sua personagem. Tal obra elucida as observações

---

<sup>10</sup> Paul Gilroy lembra que o conceito de diáspora pode oferecer alternativas reais para “a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática”. Como alternativa à metafísica da raça, da nação e de uma cultura territorial fechada, a diáspora embarça a dinâmica histórica e cultural do pertencer ao revelar “parentescos sub e supranacionais, e permitindo uma relação mais ambivalente com as nações e com o nacionalismo” (GILROY, 2008, p. 18-19).

desenvolvidas até aqui. O romance evoca múltiplos territórios que se sobrepõem e se entrelaçam, informando equações históricas geradas por impérios e colônias. A movimentação e a pluralidade resultam em processos de hibridação, revestidos de euforia e desalento. Essa dimensão pode ser entrevista na fala do narrador, filho de um coronel timorense que apoiava o domínio imperial português: “Nunca se sabe, coronel Santiago, as partidas que uma identidade pode pregar.” (p. 11) O bordão, que é repetido com frequência, dimensiona perfeitamente as diretrizes predominantes do enredo: uma crise política e identitária que dilacera as personagens do livro.

*A última morte do coronel Santiago* erige-se a partir das memórias e peripécias do jovem escritor Lucas Santiago, que vive exilado em Lisboa. Filho de uma figura emblemática do Timor-Leste, a personagem recorda seus primeiros anos em Lisboa, quando fora mandado pelo pai para estudar medicina na metrópole. Nascido no Timor, Lucas encontra-se afastado do país de origem há vinte e cinco anos. Em que pese essa longa ausência, a terra natal continua a fustigá-lo, influenciando suas atitudes e elevando seus questionamentos e angústias.

Todos os passos do escritor ecoam no passado: os temores voltam-se sempre para a pátria abandonada. Contribuem para a permanente inquietação a formação católica<sup>11</sup> e a presença-ausência paterna. Esta constitui-se na principal lembrança do filho, imperativo categórico do retorno à casa familiar. A opção por escrever literatura é um dos mecanismos de sobrevivência psíquica e material de Lucas Santiago<sup>12</sup>.

Exilado, Lucas é assombrado por fantasmas, vozes e cheiros do passado que ora inviabilizam, ora protegem sua existência. Por outro lado, tais percepções impedem que ele se entregue plenamente às situações do presente. Os amores vividos não aplacam o

---

<sup>11</sup> O olhar de Lucas é mediado sempre pela estátua de Cristo, situada na encosta da travessia da Ponte Vinte e Cinco de Abril, ou ao mirar o Corcovado carioca, ou, ainda, pelas lembranças das aulas na Escola Colonial Católica no Timor.

<sup>12</sup> Para compreender a natureza do escritor diaspórico no romance de Luís Cardoso, tomo como referência as palavras da personagem Mwadia Malunga, do romance *O outro pé da sereia, de Mia Couto*. A esposa do camponês Madzero, em conversa com o curandeiro Lázaro Vivo, sentencia: “inventaria vidas para preencher o vazio do seu coração natal” (COUTO, 2006, p. 47) A manifestação de Mwadia aproxima-se das palavras de Lucas Santiago, cuja transformação em escritor foi o modo que encontrou para contornar a ausência da terra natal, bem como a presença fantasmática do pai, preenchendo-a com a criação de figuras exiladas, presentes em seus romances. Adorno igualmente apostaria na escrita como a casa metafórica do intelectual, e a experiência do exílio alimentara tal pressuposto. Said, ele também um diaspórico de outro lugar e tempo, escreve que o intelectual deve ser caracterizado como “um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder” (SAID, 2005, p.15). É uma condição solitária, porém melhor do que uma “tolerância gregária para o estado de coisas” (SAID, 2005, p. 17).

tormento impresso pelas lembranças. As imagens da morte rondam-no constantemente. Escrever torna-se, então, uma das suas únicas armas para combater a solidão e as ausências, afugentando os apelos suicidas.

Em meio aos projetos literários, com algumas publicações bem recebidas pela crítica, Lucas revela pequenas histórias do cotidiano lisboeta, assinalado pelo ritmo metropolitano veloz. Ainda, emociona-se pelas narrativas dos imigrantes africanos, residentes na periferia da cidade. O livro representa uma Lisboa multicultural, cercada pelo preconceito, mas, também, pela solidariedade, e dota a capital portuguesa de um espetáculo múltiplo e desigual que estimula a criação ficcional. Personagens do cotidiano lisboeta mesclam-se aos seres de papel inventados por Lucas, confundindo-se com as ações vivenciadas pelo escritor<sup>13</sup>.

De outro modo, as evocações literárias manifestadas nas citações de obras e textos de importantes escritores, bem como no comentário acerca de filmes e diretores cinematográficos, parecem acomodar-lhe a dor, partilhando com tais formas o prazer, as dificuldades e a emoção do fazer artístico. O argentino Jorge Luís Borges transforma-se numa espécie de bússola artística, sendo referido com frequência. Os convites para participar de congressos causam temor a Santiago, que também se irrita quando lhe perguntam acerca do seu país de origem.

A associação com o pai, um ardoroso defensor do colonialismo português e admirador de Salazar, incomoda o escritor:

Mas também o que é que se poderia esperar de um filho de coronel de segunda linha que era um convicto devoto de Salazar. Nunca participou em nenhuma manifestação ou fez vigílias e tendo mesmo feito confidências em privado que Timor não constava no seu roteiro de viagens absorto que estava em descobrir outros caminhos de pedra (p. 41-42).

Igualmente o perturbam as cobranças feitas pelas forças políticas de libertação de seu país, que lhe exigiam que escrevesse sobre os heróis de sua terra, fato que, segundo Lucas Santiago, o protagonista de seu primeiro livro eximiu-se de fazer. Assim,

Acusavam-no de ter sido conivente com o genocídio do seu povo tal como o Sexta-feira, o protagonista do seu romance que, aceitando a sua condição de servo que lhe garantia uma falsa prosperidade, permaneceu durante todos esses anos indiferente ao sofrimento dos seus conterrâneos, investido que estava na protecção do seu bom nome (p. 41).

---

<sup>13</sup> É o caso da personagem Margarida, uma jovem angolana imigrante que serve de mote para a construção de uma personagem de um livro em processo de finalização.

Ainda que questionado acerca de um posicionamento mais firme em relação à presença portuguesa e indonésia no Timor, num dos eventos, a crítica literária “reagiu com fervor e entusiasmo ao aparecimento de um novo escritor lusófono, uma versão mais atualizada do termo ultramarino” (p. 40). Aliás, ele “preferia o termo ultramarino”, uma vez que a expressão expunha uma verdade intransponível: “havia um mar entre um e outro que os separava e tinha de se navegar muito para encurtar o tempo e reduzir a distância” (p. 40).

No curso da salvação identitária, outras personagens impulsionam Lucas a tomar decisões, restituindo-lhe um clima mais eufórico frente aos atropelos e tormentos da vida passada. Assim, duas mulheres animam o escritor, ora partilhando suas biografias familiares, ora entregando-se de corpo e alma aos desejos contidos do poeta. Uma delas é Clara, migrante timorense das montanhas de Maubisse, que Lucas conhecera na Faculdade de Medicina. Enquanto colegas, ambos percorrem a Europa, vivendo uma intensa paixão juvenil. Incapaz de dar prosseguimento àquele relacionamento, Lucas, além de abandonar a faculdade, afasta-se da moça. Reencontra-a, anos depois, num quarto de hospital onde fora levado após um acidente de automóvel. Ela, agora, encontra-se casada e atua como médica. Nesse breve contato, Clara<sup>14</sup> é categórica: Lucas deve retornar à terra natal, casando-se com alguém daquele lugar. Embora seja um reencontro comovente, a médica impacienta-se com o amigo devido à sua covardia, por ele estar pensando sempre na morte e consumindo-se em pensamentos tristes:

– Não fiques com remorso do que fizeste há mais de vinte anos. Estás sempre com as despesas do passado nas tuas costas. Das que não te pertencem e das que julgas que te pertencem. Devias chorar porque não tens força para te armares em forte. Quebra-te facilmente. Depois guardas os cacos dentro de ti. Ficas como um castelo que se arruinou por dentro. Por que escolhes sempre um beco sem saída? Não compreendo essa tua obsessão pela morte (p. 123).

Clara sugere, por fim, que ele concorra a uma Bolsa Literária, apresentando um projeto. Dessa forma, conciliaria o gosto por escrever e a volta ao seu país de origem. Lucas anima-se, e segue seu conselho.

Outra personagem feminina de realce na interlocução com Lucas é a angolana Margarida, filha de um ex-ferroviário e atual empresário da construção civil em Lisboa. Os dois participam de um grupo musical denominado *Margem Infinita*. Ela canta, Lucas

---

<sup>14</sup> Clara pede a Lucas um favor quando de sua chegada a Timor: que escrevesse cartas, relatando sobre a Vila de Maubisse, onde ela nascera. Embora Clara esteja “adaptada” a Lisboa, a recomendação é uma alusão evidente à saudade do seu país.

toca clarinete. Partilham igualmente as mesmas dores dos emigrados que sentem o abandono pátrio. Margarida refaz-se cantando e pintando. Cursa a Faculdade de Belas-Artes, porém, tal como Lucas, o fantasma do passado a persegue, inquirindo-a sempre sobre a sua identidade:

Estudava pintura nas Belas-Artes. Queria ser pintora para captar com as mãos o que os olhos não conseguiam trazer à luz do dia, o que se escondia para lá da vista, a quem um dia chamaram alma. Sentava-se em frente do espelho dias seguidos e horas intermináveis em busca de um único traço onde se reencontrasse. Nunca pintou ninguém senão ela própria. Procurava conhecer essa entidade que a levava pelos sítios mais remotos da sua imaginação. Por mais tentativas que fizesse nenhuma a satisfiz (p. 75).

Do universo timorense, destaca-se a personagem Pontiana, a moça oferecida a Lucas quando regressasse da Europa; há, ainda, o padre Agostinho, que procurava convencê-lo da importância do cristianismo agostiniano. A primeira aparecia-lhe sempre em sonho; o segundo, embora divergindo do comportamento do escritor, ampara-o ao criar-lhe oportunidades de trabalho. Em relação à mãe, as referências são mínimas, ocorrendo no primeiro capítulo, em que o narrador dedica-se a comentar a vida do coronel Pedro Santiago, seu pai:

Pedro Santiago casou-se muitos anos depois com pompa e circunstância com dona Juliana, mandada vir de um colégio interno de freiras, perante a insistência popular que lhe exigia um descendente proveniente de um matrimônio selado entre duas famílias importantes e abastadas. Nada quis saber dos filhos que foi tendo por conta própria. Foram-se perdendo na multidão dos anônimos. Uns entre tantos e nem se importavam que lhes chamassem bastardos. Também se tinham esquecido dele, do pai que não tinham, um pai abastardado, tão bem tratados que estavam pelas novas famílias que os acolheram. Quando viu o filho legítimo pela primeira vez chamou-lhe Lucas perante o espanto da mulher como se tivesse reconhecido no recém-nascido um velho camarada (p. 10).

Desde o seu nascimento, o filho torna-se a expressão concreta dos sonhos não realizados do coronel. Desses sonhos, três ocorrem talvez de maneira involuntária: uma visita à cidade de Santiago de Compostela; uma viagem à metrópole portuguesa; e o surgimento de um escritor que escrevesse acerca da genealogia familiar. Mesmo recusando a associação ao pai, Lucas cumpre tal destino quando ainda não estava apto para compreendê-lo.

Os laços de identificação são mais intensos que as tentativas de sonegação. Com o passar dos anos, Lucas sente-se cada vez mais prisioneiro do passado, incapaz de esquecê-lo, ajustando para si as maneiras da personagem paterna. Do retorno à terra natal até o pungente deitar-se sob o túmulo onde o pai fora sepultado, o escritor vê-se

preso à formação familiar. Dessa forma, o fantasma de Pedro Santiago torna-se quase real. A “conversão” identitária do filho é uma das passagens comoventes do romance.

Contrariado com as cerimônias locais, levadas a cabo em virtude de sua presença, aos poucos, Lucas incorpora o ritmo do lugar, assentando-se à tradição. Surpreende-se vestido com o velho terno de linho branco, cujos furos das balas que o coronel levava de Pedro Raimundo, o fiel filho adotivo, apareciam agora cerzidos pela empregada Prudência. Do uso do rapé aos cumprimentos dos criados, reconhecendo-o como um antepassado familiar importante, restava apenas mais uma etapa que, por certo, resultaria na fixação do escritor naquele espaço:

Encontrou em cima da sua cama o velho fato de linho branco do coronel. Sentou-se na cama para examinar aquela roupa que só poderia ser do seu pai. Notou que os enormes buracos que deveriam existir depois daquelas rajadas já lá não estavam. A velha Prudência tinha cerzido com linha branca e dava-lhe um ar de enfeite que lhe apetecia tocar com os dedos das mãos. Encontrou a cigarreira colocada ao lado do fato branco. Destapou-a e viu que estava enchida com tabaco de rapé. Colocou um bocado na palma da sua mão e passou pelas narinas. Tinha um cheiro diferente. Bastante forte. Com um dedo da mão fechou uma narina e com a outra inalou lentamente. Uma pequena tontura foi tomando conta do corpo dele. Depois nunca mais se lembrou de nada. Passado algum tempo levantou-se da cama e foi-se juntar aos restantes familiares que o esperavam. Sem ele dar por isso alguém fez o obséquio de lhe mudar a roupa enquanto dormia. Quando acordou estava vestido com o velho fato do coronel Pedro Santiago. Quando se apresentou na sala houve um terrível silêncio que se abateu sobre as pessoas. Ficaram calados como se um fantasma ou morto tivesse sido convidado para as suas próprias cerimônias fúnebres. Primeiro viu nos olhos dos presentes uma estupefacção. Depois um profundo respeito e contenção. Foram-se aproximando dele, curvavam-se e beijavam-lhe a mão que desta vez não recusou, para a sua surpresa (p. 255).

Ao vestir o terno do pai, repetir seus gestos, experimentar chás e fumos consumidos pelo coronel, ser aclamado pelos nativos, em especial os empregados e moradores da região, e ao visitar o monte Manumera, assinalado pela beleza das montanhas, Lucas refaz o percurso de sua formação, fundamental para o entendimento de sua personalidade e identidade. Para tanto, cruzou uma longa travessia, marcada por múltiplos mundos culturais, excluído da pátria, família e filhos. Não tem profissão definida e sente-se, ao mesmo tempo, livre e algemado ao passado. O retorno contamina o sujeito, incapaz de insurgir-se contra o peso da história. Morrer, ali, é a única alternativa. É o fim da travessia.

*A última morte do coronel Santiago* é um romance do deslocar-se, da mutilação identitária que busca o reencontro<sup>15</sup>. Estilhaçado pela história nacional, pelas fraturas

---

<sup>15</sup> Numa bela passagem de *Locais da cultura*, Homi Bhabha escreve: “Quando a visibilidade histórica já se apagou, quando o presente do indicativo do testemunho perde o poder de capturar, aí os deslocamentos



familiares e amorosas, a personagem encontra na escrita o meio para suportar ausências, segredos e violações. A escrita é o solo adotado para compreender a si e aos outros.

O caminhar por diferentes lugares, procurando respostas para as inquietações existenciais, é o projeto inicial do romancista pós-colonial. Viajar, sem ancorar, parece ser o seu destino. Todavia, o chamamento permanente, através da memória alucinada<sup>16i</sup>, denota um encanto por seu país, ainda que tal encantamento venha assinalado pelo sofrimento, exposto em longos anos de violência colonial e dificuldades econômicas. Pode-se, então, traduzir o romance de Luís Cardoso numa dimensão dialética assinalada entre o partir e o ficar, constituindo-se tais configurações em emblemas da identidade do sujeito timorense, fruto das relações coloniais que sempre limitaram historicamente aquela região.

Romances como os construídos por Luís Cardoso reivindicam um novo posicionamento no concerto das relações de poder literário e político em âmbito internacional. Pensar em um mundo que se alterou de maneira drástica, proporcionando novas consciências geográficas a partir de um único centro de legitimação estético-cognitivo, demonstra apenas o desperdício das experiências interculturais<sup>17</sup>. Para Said (2002),

Ao longo da história, a geografia do mundo mudou tanto que é quase impossível tentar conciliações entre história e literatura sem levar em conta as novas e complexas variedades de experiências históricas disponíveis para nós no mundo pós-eurocêntrico de hoje (SAID, 2003, p. 225-226).

A obra do escritor timorense mobiliza uma nova consciência geográfica, descentrada e multifacetada. O descentramento está no desabrochar da nova literatura e

---

da memória e as indireções da arte nos oferecem a imagem de nossa sobrevivência psíquica” (1998, p. 42). Podemos conferir tais observações de Bhabha no romance de Luís Cardoso, em que a obra de arte literária, através de suas obliquidades estético-estilísticas, nos dá “olhos para ver e para chorar”, recorrendo à memória assombrada para fazer ressurgir as vozes oprimidas pela arbitrariedade e o silêncio da História.

<sup>16</sup> Para um maior aprofundamento entre os diversos momentos de uma fenomenologia da memória, recomenda-se a leitura do livro *A memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricoeur. Numa passagem em que discute as relações entre memória e história, Ricoeur alerta para a entrada da imaginação no entrecruzamento de tais categorias: “Importa dramatizar a temática da imaginação, ordenando-a relativamente aos dois polos da ficção e da alucinação. Ao nos dirigirmos para o polo alucinatório, trazemos à luz o que constitui, para a memória, a cilada do imaginário. De fato, é essa memória assombrada que é o alvo comum das críticas dos racionalistas da memória” (2007, p.69).

<sup>17</sup> Para Boaventura de Sousa Santos, um dos fatores geradores do desperdício de experiências está na “edificação de impérios coloniais”, que implicou na “transladação, para as colônias, dos modos de vida ditos civilizados”. Segundo o sociólogo português, “o colonialismo, forjado enquanto conceito epistêmico na época imperial, continua hoje a ser sinônimo de empobrecimento de saberes, na medida em que promove a guetização dos saberes, obliterando outras formas de conhecimento, isto é, a produção e transmissão de experiências” (2005, p.30).

na revelação de culturas que se cruzam, fruto do colonialismo, das migrações, das deportações, dos êxodos e exílios, da presença de viajantes e aventureiros. Tais deslocamentos proporcionam múltiplos contatos que, derivados de extensas travessias transcontinentais, rápidas ou demoradamente vividas, dilatam a possibilidade de conhecer a diversidade do mundo.

Nesse sentido, a ficção de Luís Cardoso acaba por expor o caráter mundial da literatura quando as diferenças e peculiaridades culturais e históricas projetadas pela crítica pós-colonial buscam reposicionar as relações de poder do campo literário. Nesse caso, uma visão contrapontística, como defende Said, é significativa, uma vez que, por meio dela, processam-se os embates entre o local e o global. Isso indica que, através das travessias e encontros, forja-se o ambiente da razão crítica multicultural. Esta estimularia um mundo policêntrico e plural. Nesse universo, as hegemonias literárias seriam resultado não do fundamentalismo mercadológico, mas de produções culturais polifônicas como expressão de um novo bem simbólico mundial, a solidariedade universal.

## Referências

- BRUNEL, P. PICHOS, CL. e ROUSSEAU, A. M. *Que é literatura comparada?* São Paulo: Perspectiva, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de estética e de literatura*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CARDOSO, Luís. *A última morte do coronel Santiago*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 07 n 15 p. 107-147. Julho de 2001.
- COUTINHO, Eduardo F. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.
- COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- GILROY, Paul. *O atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- LUDMER, Josefina. *O gênero gauchesco: um tratado sobre a pátria*. Chapecó: Argos, 2002.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Luanda: Nzila, 2007.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas; SP: Unicamp, 2007.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula. (Org.) *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

---

\* Artigo recebido em 14/04/2013 e aprovado em 10/12/2014.

\*\* Mestre em Letras (1999) e Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor-adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande. Tem experiência na área de Letras, com linha de pesquisa em Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, investigando teorias que abordam a relação entre literatura, cultura e sociedade.